

OLHARES MULTIFOCALIS SOBRE A SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DE MOÇAMBIQUE: REFLECTINDO CRITICAMENTE SOBRE POLÍTICAS E PRÁTICAS

Ilídio Macaringue¹

RESUMO: Neste trabalho, o foco radica na análise das políticas linguísticas e da situação sociolingüística e sociocultural de Moçambique decorrente da confluência de várias línguas e culturas para compreender os processos de nativização/ nacionalização da língua portuguesa no país. Ao longo do trabalho usou-se, com regularidade, o termo nacionalização tendo em vista evidenciar os processos subjacentes à apropriação do Português em Moçambique, perspectivando o pressuposto político-ideológico de ser uma língua oficial e de unidade nacional, língua de Estado e da nacionalidade moçambicana. O interesse em pesquisar a temática prende-se com as ambivalências das bases epistemológicas da política linguística do país que preconizou a oficialização do Português sem o nacionalizar e nacionalizou as línguas bantu, também designadas línguas autóctones, e que o discurso oficial as tipifica como línguas nacionais, não obstante estarem fragmentadas geograficamente, ou seja, sem extensão territorial nacional, sem as oficializar. Desta feita, pode-se concluir que a actual situação linguística de Moçambique vulgariza a política linguística que preconizou a norma europeia como padrão no país, tendo em consideração que a legislação determina um modelo de falar e os usos da língua outro modelo, consagrando-se aqui um processo dicotómico entre o ideal perfeito assente na norma como referência inclusiva e não “exclusiva” e o real perfeito assente nas normas comuns do quotidiano.

Palavras-chave: Políticas linguísticas, Português de Moçambique, Nacionalização, Língua(gem).

Introdução

Moçambique, à semelhança dos demais países africanos, herdou uma política linguística/ cultural europeia significativa em decorrência do processo de colonização que formalmente foi cancelado na Conferência de Berlim (1884-1885), Alemanha, com a adopção do princípio de ocupação efectiva do continente africano que tinha em vista regular a forma como as potências deviam ocupar os territórios com a salvaguarda da necessidade de respeitar as áreas ocupadas anteriormente por outras potências, facto que mais tarde não se verificou em alguns casos.

¹ Por Ilídio Enoque Alfredo Macaringue. Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Brasil), Pós-graduado (Especialização) em Língua Portuguesa e Literaturas de Expressão Portuguesa pela Universidade de Aveiro (Portugal) e Licenciado em Ensino de Português pela Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). E-mail: imacaringue1976@yahoo.com.br

A Conferência de Berlim pode ser enquadrada nas consequências da expansão europeia que se iniciou no século XV com destaque para Portugal e Espanha, considerados percussores, países que foram posteriormente seguidos por Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Itália e Alemanha.

A partilha do continente africano, que mais tarde veio a ser decisiva no desencadeamento das duas guerras mundiais (1914-1918; 1939-1945) em função dos desentendimentos na política de ocupação colonialista, foi efectuada de forma arbitrária, isto é, desordenada. Com isso, não foram respeitadas as características peculiares de alguns dos grupos nativos como, por exemplo, etnia, cultura e crenças, e houve casos em que povos aliados foram separados e os inimigos juntados, facto que até hoje constitui foco de tensão em algumas regiões.

A colonização europeia contribuiu, igualmente, para o deslocamento das fronteiras linguísticas e culturais em África, tornando-as mais híbridas e complexas, cujo processo acabou impactando decisivamente nas línguas e culturas europeias no continente, tornando-as endogeneizadas à matriz sociocultural, sociossimbólica e político-ideológica das antigas colónias.

No caso de Moçambique, foco de pesquisa, colonizado por Portugal até 1975, ano em que alcançou a independência, o Português foi usado pela metrópole como um mecanismo de dominação cultural, político-intelectual e ideológica, implantando nos dominados a *falsa consciência* de que as suas línguas e culturas eram inferiores para justificar a sua aculturação e os esforços de apagamento da história sociocultural dos moçambicanos. Todavia, tais intentos acabaram fracassando, em parte, devido ao despertar nacionalista dos moçambicanos liderados pela FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) que conduziu a guerra de libertação nacional (1964-1974).

No quadro da consolidação do Estado nacional, a FRELIMO resgata parte das políticas linguísticas do poder colonial ao legitimar o Português como língua de prestígio e de inserção socioprofissional, criando assim um marco hierárquico no contexto das diversas línguas no país.

Desta feita, a política linguística pós-independência consagrou o Português como língua oficial e de unidade nacional e as línguas autóctones como línguas veiculadoras da cultura e da identidade nacional como se fosse apenas cultura e identidade nacional o que é veiculado nessas línguas. Convém não esquecer de que existe uma parte significativa de moçambicanos que construíram todo o seu repertório intelectual, social e cultural com base na língua portuguesa e nem por isso deixam de ser legítimos embaixadores e veiculadores da cultura e da identidade nacionais.

Ainda olhando a situação sociolinguística de Moçambique, outro dado curioso não passou despercebido: o facto de se ter oficializado o Português sem se nacionalizar e terem sido nacionalizadas as línguas autóctones sem serem oficializadas, e que apenas em 1990, ou seja, 15 anos depois da independência nacional, o estatuto de língua oficial foi formalizado na Constituição da República do mesmo ano, o que em tese deixa evidente o facto de que o Português foi adoptado tacitamente como língua oficial em 1975 sem que tal estatuto fosse expresso no texto constitucional, um procedimento que foi seguido por alguns dos estados pós-coloniais em África imediatamente às suas independências.

Por isso, neste trabalho, o objetivo é analisar as políticas linguísticas e a situação sociolinguística e sociocultural de Moçambique decorrente da confluência de várias línguas e culturas para compreender os processos de nativização/ nacionalização da língua portuguesa.

Para tal, recorreu-se à suficiência interpretativa que, segundo Christians (2006, p. 153) que cita Denzin (1989), significa “acompanhar com seriedade vidas repletas de múltiplas interpretações e embasadas na complexidade cultural”, para perceber a conjuntura contextual do uso de alguns lexemas e o recurso a algumas estratégias semântico-pragmáticas “inexistentes” no Português Europeu, mas que são uma constância no Português de Moçambique em decorrência das peculiaridades socioculturais e históricas que moldam novas realidades.

A coabitação de várias línguas portuguesas no país, e representadas pelos protótipos nominais Português Europeu e Português de Moçambique, permite constatar a existência de duas tendências: uma que apregoa a manutenção da norma europeia e a outra que defende a sua substituição pelo Português de Moçambique e que, para tal, deveria ser normatizado.

O posicionamento relativamente a estas tendências não poderia ser neutro. Assim, defende-se o reconhecimento formal do Português de Moçambique como património sociocultural enraizado na sociedade moçambicana e, como tal, deve ser normatizado, porém, não se apregoa que ele substitua a norma europeia. Pelo contrário, que coabitem as duas normas, já que oficiosamente, em muitos contextos, verifica-se a dualidade das duas línguas portuguesas, fenómeno que designamos bilinguismo em língua portuguesa², o que traz subsídios que permitiriam a elevação da norma culta do Português de Moçambique como modelo para a sua padronização.

Sobre a norma culta, Bagno (2003, p. 65) define-a “como o primeiro substrato da norma padrão que é introduzida no sistema linguístico pelos falantes com alta escolarização e cultura urbana”³.

Para casos de pessoas que, de acordo com os contextos, se posicionam linguisticamente de forma diferente, isto é, desenvolvem um repertório linguístico em Português diferenciado para se adequarem ao contexto em presença, Rojo (2009) apelida-os de políglotas em Português, uma constância também no país.

Como se pode perceber, o foco da pesquisa está entroncado em volta da língua e as interfaces que podem ser estabelecidas a partir dela. Parafraseando Marcuschi (2012), nesta pesquisa a língua não vai ser vista nem como código, nem sequer como instrumento e muito menos como uma estrutura.

De acordo com o autor⁴, quando a língua é vista como um código ou sistema de signos, a sua análise desenvolve-se na imanência do objecto, o que negligencia o contexto e a situação, bem como os aspectos discursivos sociais e históricos subjacentes. Já quando se perspectiva a língua como instrumento, naturaliza-se a falsa ideia de que a compreensão se torna algo objectivo, o que em tese configura uma transmissão da informação de forma natural e deixa-se a entender que a língua é um instrumento transparente e de manuseio não problemático. Por fim, a língua não é uma estrutura porque os falantes, envolvidos em processos sociodiscursivos, é que têm a capacidade de a estruturar com o recurso a alguns dos seus aspectos, tais como lexicais e sintácticos.

2 O conceito de bilinguismo é usado na perspectiva de Romaine (1995) citado por Fritzen (2008, p. 343), como o “uso alternado de duas ou mais línguas”.

3 Para Bagno (2003, p. 66), a chamada norma culta devia ser designada por “variedades de prestígio ou variedades prestigiadas”.

4 Cf. Marcuschi (2012, p. 59-60; 228-229).

Marcuschi (2012) chama a atenção para o facto de que não se pode ver a língua apenas na vertente das actividades cognitivas, pois se corre o risco de não se conseguir explicar o seu carácter social. Por isso, ela é vista, também, como uma prática sociocultural e sociointeractiva que demanda dos contextos discursivos e como uma actividade sociocognitiva, tendo em conta que o social influencia o cognitivo.

Desta feita, o conceito de língua que se usa neste trabalho está em conformidade com a perspectiva de César e Cavalcanti (2007), os quais o metaforizam como caleidoscópio, pois ela é multifacetada e em constante dinamismo. Já a linguagem é perspectivada nas ópticas de Geraldi (2000), Fairclough (2008) e Travaglia (1997) como forma de interacção e prática social emoldurada na interacção, ou seja, como sintetiza Marcuschi (2012), a linguagem é um conjunto de actividades e uma forma de acção, o que permite, segundo Rajagopalan (2013), reformular constantemente as personalidades das pessoas, facto que nos leva a julgar que seja um mecanismo através do qual as pessoas manifestam as suas identidades em contextos discursivos.

Tomando em consideração o facto de que a cultura estabelece uma relação de contiguidade indelével com a língua, então, procede o pensamento de Back (1987, p. 61) de que “a língua revela cultura, armazena todos os elementos culturais. Mais ainda, é a condição para que a cultura possa existir dentro de uma comunidade”.

Por isso, a língua é um meio de interacção maleável – toda a língua muda, a contragosto dos gramáticos normativistas que vêem a batalha da puridade linguística e, do modo particular em Moçambique da lusitanização do Português cada vez perdida; é também um veículo de cultura, e por conta disso a sua hibridação é inevitável em decorrência da sua apropriação pelos falantes, razão pela qual, segundo Back (1987), se a língua é um espelho de toda a cultura, ela deve ser diferente de uma cultura a outra, aclarando-se uma simbiose funcional arrojada na trilogia língua, linguagem e cultura, o que nos permite configurar a língua como meio de exercício do poder simbólico, na perspectiva de Bourdieu (2007), e como meio através do qual se estabelece o confronto de identidades segundo a visão de Hall (2009, 2006, 2000), Silva (2000), Woodward (2000), Rajagopalan (2013, 1998) e Sarup (1996). Para estes autores, a identidade é construída nas práticas discursivas e é complexa, provisória, em constante mutação e ela é circunstancial e contingencial.

A este propósito, Pires-Santos (2004, p. 70) enfatiza que “da mesma forma, se não há lugar para a noção de identidade centrada, unificada, também não há lugar para a linguagem enquanto sistema homogêneo, mas em desequilíbrio, sempre heterogênea e complexa”, razão pela qual a ideia de homogeneizar linguisticamente todos os moçambicanos a modelo da norma europeia, que regula os usos da língua portuguesa no país, é apenas um desiderato político-ideológico assente na consolidação do Estado nacional uma vez que as pessoas jamais falaram a mesma língua da mesma maneira.

Em suma, pode-se referir que em Moçambique existem várias línguas portuguesas e o discurso oficial reconhece apenas a norma europeia por questões de conveniência.

1. No entorno do contexto de pesquisa

A República de Moçambique, que se tornou independente de Portugal em 25 de Junho de 1975, depois de uma luta armada que durou 10 anos (1964-1974), encabeçada pela FRELIMO (Frente

de Libertação de Moçambique), situa-se na costa Sudeste da África Austral, entre os paralelos 10° 27' e 26° 52' de latitude Sul e entre os meridianos 30° 12' e 40° 51' de longitude Este, limitado a Norte pela Tanzânia, a Noroeste pelo Malawi e a Zâmbia, a Oeste pelo Zimbabwe e África do Sul, a Sul pela Swazilândia e África do Sul e a Leste pelo Canal de Moçambique e pelo Oceano Índico.

Com uma população estimada em pouco mais de 20 milhões de habitantes, segundo o Recenseamento Geral da População de 2007 e, de acordo com as previsões para 2014 será de aproximadamente 25 milhões de habitantes, Moçambique tem um clima predominantemente tropical e húmido, com 799.380 Km² de área, dos quais 786.380 são de terra firme e 13.000 de águas interiores, com uma faixa costeira de 2470 quilómetros banhada pelo Oceano Índico partindo da foz do rio Rovuma (Norte) à Ponta de Ouro (Sul) e um relevo de planície, planalto e montanha, o que o torna o país com um dos relevos mais híbridos do continente africano em virtude de integrar três das grandes regiões do continente, nomeadamente África Oriental, África Central e África Austral.

1.1. Breve panorama da situação sociolinguística de Moçambique

Na análise da situação sociolinguística de Moçambique não se deve ignorar uma das principais categorias quando se faz uma pesquisa com fundamento sócio-histórico – a categoria tempo – em virtude de ser um elemento sinalizador que permite circunscrever os acontecimentos históricos e os fenómenos sociopolíticos mais importantes para a compreensão do contexto da pesquisa e da desenvoltura de todo o processo argumentativo.

Assim sendo, o horizonte temporal comporta três períodos distintos e complementares. Distintos porque ocorreram em momentos diferentes, complementares porque a compreensão de todo o processo histórico exige esse olhar aglutinador.

Para o efeito, são elencados, a seguir, os períodos historiográficos da história de Moçambique concomitantes à história da língua portuguesa no país tendo por base Gonçalves (1996):

- O primeiro, designado de período pré-colonial, que vai de 1498, ano da chegada dos portugueses a Moçambique até 1918, ano do fim das confrontações militares sistemáticas no quadro da ocupação colonial;
- O segundo, chamado de período colonial, que vai de 1918 até 1975, ano da independência de Moçambique;
- O terceiro, denominado de período pós-independência, que vai de 1975 até à actualidade.

Como se pode perceber, a periodização da história da língua portuguesa no país confunde-se com a própria história de Moçambique, tendo em conta o papel determinante que o Português desempenhou nos esforços da implantação do aparelho colonial.

A escolha do Português como língua oficial e de unidade nacional em Moçambique depois da independência resultou da herança de um terreno fértil herdado ainda no decurso da luta armada de libertação nacional, porque a FRELIMO estava ciente da diversidade étnico-linguística e cultural dos seus guerrilheiros e era preciso forjar os alicerces da unidade na diversidade, conforme atesta

a passagem retirada de Lopes (2004, p. 21) que cita Machel (1979)⁵: “a necessidade de combatermos o opressor exigia um combate intransigente contra o tribalismo e o regionalismo. Foi esta necessidade de unidade que nos impôs que a única língua comum – a que servia para oprimir – assumisse uma nova dimensão”, consagrando-se assim a herança tácita da política linguística do período colonial e adaptada para o período pós-colonial.

Ao atribuir-se à língua portuguesa um estatuto tão importante; o de língua oficial e de unidade nacional para forjar e consolidar os alicerces basilares do jovem Estado-Nação, criou-se uma impermeabilidade com um limbo rústico: a estratificação hierárquica da diversidade étnico-linguística e cultural na mesma pirâmide onde o cume é a língua portuguesa sustentada na base pelas línguas autóctones.

Com este estatuto, o Português reforçou-se como língua de prestígio e de inserção socioprofissional, neutralizando o prestígio sociocultural das línguas autóctones e, com isso, gerou-se a dissonância ideológica entre a classe dirigente no seio da FRELIMO, uma vez que havia certos círculos de opinião que não viam com bons olhos a crescente subalternização das línguas locais tendo em conta o seu papel importante na sociedade, por exemplo, na ramificação das relações intra-familiares, interculturais, inter-étnicas e intra-étnicas.

A este propósito, Mazula avança que

Em 1982, no contexto de ideias liberais no seio da Frelimo, o IV Congresso [realizado de 26 a 30 de Abril de 1983] reconhece a diversidade cultural como riqueza nacional e abre-se ao início do estudo das línguas moçambicanas. Mas o Congresso omite-se em falar de línguas nacionais, e fala apenas de línguas moçambicanas. Essa diferença é importante: São moçambicanas porque são faladas em território moçambicano, mas, como são incapazes de construir a Nação, não seriam nacionais (MAZULA, 1995, p. 215).

Desta feita, inscreveu-se um novo panorama que reconheceu a importância linguística, cultural e étnica que estas línguas representam para a população e permitiu aclarar o facto de que o país podia fortificar-se e garantir a sua unidade na diversidade. Foi, sem dúvidas, um marco importante que abriu espaço para o estudo formal e sistematizado das línguas autóctones⁶ e, por conta disso, da sua relevância como plataformas de apoio à língua portuguesa no panorama geoestratégico e político-ideológico da construção e consolidação do Estado moçambicano.

Apesar de todos os esforços, as línguas autóctones, não obstante o reconhecimento da sua importância no contexto sociocultural e sociolinguístico do país, continuam hibernadas a usos específicos e em determinados contextos sociais. Já o Português continua sendo uma língua minoritária em Moçambique, porém com um crescimento significativo do número de falantes em decorrência da sua

5 Comunicação apresentada durante o 1º Seminário Nacional sobre o Ensino do Português realizado em Maputo em 1979 por Graça Machel, enquanto Ministra da Educação e Cultura.

6 Entre os pesquisadores que estudam a situação linguística de Moçambique não existe um consenso no número de línguas existentes e faladas no país. Por exemplo, Guthrie (1967-1971) avança 23 línguas. Lopes (2004) apresenta 21 línguas. Siteo e Ngunga (2000) apresentam 17 línguas. Por seu turno, Firmino (2006) apresenta 15 línguas autóctones. Porém, o mesmo autor, portanto, Firmino (2001), apresenta 19 línguas.

popularização pelo Estado através dos órgãos de comunicação social, sistema de ensino, instituições religiosas, entre outros mecanismos.

Como se pode constatar, não existe consenso sobre o que seria ideal para uma política linguística mais inclusiva em Moçambique, tendo em conta algumas das ambivalências já mencionadas ao longo do trabalho, o que contribui para a inflamação de posições entre os estudiosos dedicados à matéria. Por exemplo, Firmino (2006) descarta as propostas de uma única língua nacional emanadas de Bamgbose (1982) e defende que para o caso do contexto moçambicano seria mais razoável a proposta de Laitin (1992) que defende que o Português em Moçambique devia ser tipificado como uma língua nacional.

Segundo Firmino,

O processo de nativização que o Português está a sofrer em Moçambique fornece evidências adicionais de que se está a tornar um importante instrumento para veicular o universo cultural do país. Transcendeu já o papel de uma pragmática língua que serve como elo de ligação, escolhida por razões práticas, e está a tornar-se uma língua culturalmente endogenizada. Para mais, torna-se irónico que uma língua considerada pelo discurso oficial e pelo discurso público como símbolo de unidade nacional não seja reconhecida como língua nacional (FIRMINO, 2006, p. 171).

Ainda de acordo com o autor (*op. cit.*, p. 172), as línguas autóctones e o Português deviam ser tipificadas como línguas nacionais, tendo em conta que foram nacionalizadas de formas distintas, porém complementares: “as línguas autóctones, por serem nativas da realidade moçambicana e estarem associadas às tradições africanas; o Português, devido às funções que lhe são atribuídas pelo discurso oficial e por causa da sua apropriação”.

A questão da paternidade do Português e dos sentimentos nacionalistas e afectivos que tal facto encerra podem ser evidenciados neste embate atemporal entre dois dos principais escritores da lusofonia, nomeadamente Fernando Pessoa e Mia Couto. Fernando Pessoa, poeta incontornável da literatura portuguesa, dizia já nos seus tempos logínquos que “a minha pátria é a língua portuguesa”⁷. Já Mia Couto, escritor incontornável da literatura moçambicana, defende que “a minha língua portuguesa, repito a minha língua portuguesa, é a pátria que estou inventando para mim”⁸, propiciando-se aqui um debate ontológico, dialógico e ideológico de matriz historicista e filosófica.

Desta feita, percebe-se, seja no pensamento de Fernando Pessoa, seja no de Mia Couto, que a língua é cativada na fonte, isto é, o seu uso consubstancia-se nos usos e nos costumes dos falantes e serve de um meio de manifestação do patriotismo, do nacionalismo e da nacionalidade que se entrelaçam na pretensa identidade do país de onde o falante é proveniente, razão pela qual *a priori* espera-se que um cidadão português fale o Português Europeu, o moçambicano fale Português de Moçambique e o brasileiro fale Português do Brasil.

7 Cf. Pessoa (1982, p. 17).

8 Cf. Couto (2011, p. 186).

A este respeito, José Saramago, escritor português e Prémio Nobel da Literatura em língua portuguesa em 1998, num pronunciamento proferido no documentário⁹ “Línguas – Vidas em Português” dirigido pelo moçambicano Vítor Lopes, residente no Brasil há mais de 25 anos, toma um posicionamento discursivo performativo de cariz democrático-filosófico ao defender que “não há uma língua portuguesa, há línguas em português”, evidenciando, desta forma, o carácter multifacetado subjacente ao conceito de língua e dando voz e legitimidade às diversas e diferentes línguas portuguesas existentes no mundo lusófono, e que devido ao discurso ideológico acabam sendo silenciadas e tipificadas como não sendo línguas e cognominadas por dialectos e variedades que atentam contra a pretensa pureza lusitana do Português.

Portanto, José Saramago desmistifica a ideia de uma língua portuguesa hegemónica e rebate a pretensão da paternidade lusitana do Português ao defender a existência de várias línguas em Português, democratizando, deste modo, o uso da língua portuguesa e que as especificidades resultantes dos contextos socioculturais dos diferentes quadrantes do mundo em que se fala esta língua autonomizam tais usos linguísticos, simbólicos e ideológicos e consagram-se estas várias línguas em Português (por exemplo, Português Europeu, Português de Moçambique e Português do Brasil) como protótipos metafóricos que simbolizam os diversos falares dessas várias línguas em Português em cada um desses países, o que configura um ambiente de multilinguismo em língua portuguesa nesses contextos.

Em função de todos os aspectos arrolados ao longo do trabalho, um ponto de ordem para a reflexão sobre as políticas linguísticas de Moçambique se impõe, fundada no questionamento, que se diga bem perspicaz, do linguista brasileiro Celso Cunha, no seu livro publicado em 1975¹⁰:

“Será admissível a hipótese de que Portugal nos cedeu a utilização do idioma e, por isso, dele deve ter para sempre o controle normativo?”

Com certeza que não, porque uma língua, sendo um constructo social, é pejada, por exemplo, da herança sociocultural, simbólica e ideológica dos contextos em que ela é falada e, como tal, nenhum Estado soberano deve ter o poder sobre uma língua legitimamente falada num outro Estado soberano, razão pela qual é imperioso que em Moçambique se repensem as directrizes orientadoras das políticas linguísticas em vigor tendo em conta as transformações que o Português Europeu está a sofrer no país e reconhecerem-se oficialmente as múltiplas identidades moçambicanas consagradas na língua portuguesa, o que a torna uma língua nacional tendo em conta as funcionalidades de que goza na edificação do Estado-Nação e no provimento das políticas públicas para o desenvolvimento e que por sinal é também meio do exercício da soberania nacional, cuja plenitude em termos linguísticos e político-ideológicos seria devidamente consagrada com a adopção do Português de Moçambique como língua de Estado, à semelhança do procedimento seguido pelo Brasil, com vista a sair-se, o quanto antes, deste marasmo – políticas da norma ou normas da política?!

9 O documentário foi produzido em 2004 sob o patrocínio do Brasil e de Portugal e o vídeo está disponível em http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=Git8MwRqDcE. Acesso em 21 de Abril de 2014.

10 Com o seguinte título: *Uma política do idioma*, publicado pela editora Tempo Brasileiro.

2. O Português de Moçambique

O Português de Moçambique, ainda que seja considerado como uma variedade para alguns dos pesquisadores, neste trabalho, ele não é abordado como uma variedade linguística ou dialecto. Pelo contrário, é visto como outra língua portuguesa, à semelhança, por exemplo, do Português do Brasil que é outra língua portuguesa, pois a dinâmica sociolinguística e o uso linguístico, ideológico e simbólico das línguas legitima a emergência de diferentes línguas da mesma matriz. No caso, várias línguas portuguesas que dão voz a diferentes sensibilidades espalhadas pelo “mundo português”.

Por exemplo, no Português de Moçambique (PM) predomina a tendência de flexão do género em contra-mão com a norma do Português Europeu (PE), nomeadamente nos seguintes casos: *terminal*, unidade lexical que pode ser flexionada para ambos os géneros (masculino e feminino) quando desempenha o papel de adjectivo. Porém, nos casos em que é um nome, a flexão deve ser para o masculino, como na seguinte frase: *Estou no terminal de passageiros*. Contudo, em Moçambique, é mais recorrente o uso desta unidade lexical como nome e flexionada no género feminino, como no seguinte exemplo: *Estou na terminal de passageiros*.

O mesmo se pode dizer da palavra *alface* (verdura de folhas verdes que preparada leva o nome de salada e serve como acompanhante nas refeições ou como entrada em alguns casos) é categorizada “erroneamente” com marcas do género masculino – *o alface* em vez de *a alface*, realidade que sucede também com a unidade lexical *guarda-chuva*, porém o fenómeno é inverso: *a guarda-chuva* no lugar de *o guarda-chuva*, fenómeno que também ocorre em *a tomate*, no lugar de *o tomate*.

2.1. Excertos de jornais

Excerto 1:

Condutores de “txovas” devem ser disciplinados

Contudo, um dos grandes constrangimentos é a convivência com os “txovas”, as tais carrinhas movidas pela força humana que também aumentaram na capital do país. Os “condutores” dos “txovas” são uns aventureiros que desafiam os automobilistas, não querem saber de nada, o que pretendem é fazer a travessia e chegar onde pretendem sem interferências de ninguém.

Fonte: Jornal *Notícias*, formato *online*, de 23 de Setembro de 2013.

No excerto, ocorre uma unidade lexical de natureza bantu, no caso “txova”, que também pode ser escrita *tchova*. Deste empréstimo lexical bantu *tchova* (empurra no PE) surgiu uma nova categoria gramatical – o verbo *tchovar*, proveniente de *ku* – *tchova* e equivalente a *empurrar* no PE, cujo mecanismo de verbalização obedeceu ao princípio na língua portuguesa do acréscimo do sufixo *-ar* para formar verbos.

A palavra *tchova* está intimamente ligada a um meio de transporte designado *tchova xitaduma*, numa clara alusão ao emprego da força humana para empurrá-lo. Composto por dois pneus, os mesmos que são usados nos veículos automóveis e uma pequena carroçaria e movida por força humana, *tchova xitaduma* constitui um dos emblemas da batalha da população carente pela sobrevivência.

O *tchova xitaduma* pode transportar produtos alimentares, animais, materiais de construção civil e pessoas.

A metáfora *tchova xitaduma* é analogia a um veículo automóvel com problemas no motor de arranque e que, empurrado, o motor começa a funcionar. No entanto, para o caso do *tchova xitaduma* tal situação não acontece, uma vez que não tem motor, por isso nunca vai “pegar”, ou seja, funcionar. Porém, a analogia ao acto de funcionamento de um motor, *duma* de *ku-duma* (acto que simboliza o funcionamento do motor) é para legitimar e motivar a pessoa (*o tchova*) para percorrer a distância pretendida pelo cliente/ usuário deste meio de transporte que, não raras vezes, protagoniza acidentes nas estradas, o que legitima algumas correntes de opinião que defendem que os *tchovas*, ou seja, os seus “condutores” devem ingressar nas escolas de condução para aprender as regras básicas de trânsito.

Excerto 2:

**Ecoss do aumento da tarifa dos transportes:
Chapeiros satisfeitos com os novos preços**

A nova tabela de preços dos chapas foi aprovada na semana passada pela Assembleia Municipal de Maputo passando de 5 para 7 meticais (cerca de 18 cêntimos de euro) para uma viagem de autocarro público, e de 7,5 para 9 meticais no transporte público de operadores privados, vulgo “chapas”.

Fonte: Jornal *Savana* de 2 de Novembro de 2012, p. 18.

A palavra *chapa* existe no quadro lexical do PE. No entanto, no excerto acima, ela foi conjecturada para outra semântica, daí o seu enquadramento como sendo um neologismo semântico em virtude de a mesma não significar, por exemplo, a conhecida chapa usada para a cobertura de casas e outras utilidades similares.

De acordo com Mendes (2010, p. 111), neologismo semântico refere-se ao “processo pelo qual uma forma já existente adquire um novo significado, dando origem ao neologismo de sentido ou semântico”. Ainda sobre neologismos semânticos, Gonçalves (2010, p. 27) refere que resultam de palavras existentes no PE “às quais foi atribuído um novo sentido”.

No caso em análise, *chapa* é a designação dos transportes semi-colectivos de passageiros. Tal designação remonta à década de 1980 quando o governo decidiu liberalizar o sector de transporte para pequenos transportadores em resposta à informalidade que tinha tomado conta deste segmento da economia de Moçambique dada a incapacidade do poder público de fazer face à carência de transporte.

A unidade lexical *chapa*, geralmente, é usada com o segmento lexical do preço inicial do custo da passagem, que outrora era de 100,00 meticais e que, com o decorrer do tempo, o valor foi ficando inflacionado, daí os aumentos sucessivos. Por isso, é comum dizer-se *chapa-cem*, nomenclatura que deriva da combinação das palavras *chapa* (meio de transporte) com *cem* (o valor inicial da tarifa) e os seus condutores são vulgarmente conhecidos por *chapeiros*, conforme atesta o título da notícia.

Excerto 3:

**Estrada Circular de Maputo volta ao barulho:
População revoltada com o governo**

Quanto à destruição das habitações e machambas das populações pelo empreiteiro sem a devida compensação, a vereadora referiu que a construtora não tem nenhum aval das autoridades municipais para invadir residências das pessoas.

Fonte: Jornal *Savana* de 9 de Novembro de 2012, p. 4.

A palavra “*machambas*” equivale a campos agrícolas ou campos de cultivo no PE, termos raramente usados em Moçambique, o que nos permite perceber que a apropriação linguística permite configurar uma realidade designando-a de outra maneira. Os que trabalham nas *machambas* são denominados *machambeiros*, equivalente a agricultores no PE.

Excerto 4:

Escassez de água em Lumbo gera conflitos entre casais

As mulheres madrugam e percorrem longas distâncias à procura do precioso líquido para satisfazer as necessidades básicas domésticas e assegurar a higiene nas famílias. Contudo, os homens alegam que as suas companheiras demoram nos poços, onde formam bichas enormes e só regressam ao meio dia, porque se amantizam.

Fonte: Jornal *A Verdade* de 16 de Novembro de 2012, p. 6.

Neste excerto ocorre a palavra *bicha*, um substantivo que equivale à *fila* no PE. A denominação de *bicha* a uma *fila* transformou-se numa prática costumeira em Moçambique, pelo que *fila* para designar aquela realidade no contexto sociolinguístico local é uma raridade.

Antes tida como neologismo, *bicha* já consta dos verbetes de alguns dicionários de língua portuguesa mais recentes com o significado equivalente à *fila*, segundo Mendes (2010, p. 130).

Em Moçambique, o uso da palavra *fila* constitui uma excepção. No PM, o substantivo *bicha* foi verbalizado e resultou no verbo *bichar* que equivale a *formar fila*. Porém, este verbo não existe no padrão do PE¹¹.

A unidade lexical *bicha* lembra a palavra *mata-bicho*. *Mata-bicho* no PM equivale no PE a pequeno-almoço. A partir do substantivo *mata-bicho*, surgiu uma nova categoria gramatical – o verbo *matabichar*, verbo atípico no padrão do PE.

Segundo Mendes (2010, p. 120), *mata-bicho* já deixou de ser neologismo, pois consta dos verbetes de alguns dicionários, como é o caso do Dicionário da Língua Portuguesa¹².

Apesar de ser uma palavra que consta dos dicionários, o seu emprego é restritivo no contexto sociolinguístico de Portugal, sobretudo o de padrão do PE, o que não causa estranheza, pois o facto de uma palavra constar dos dicionários não significa automaticamente que ela seja considerada como um léxico que deva ser usado no contexto da norma europeia, razão pela qual existem muitas palavras similares nos dicionários que não conseguiram vingar em Portugal e em outros quadrantes lusófonos, à excepção, por exemplo, de Moçambique e estas duas (*bicha* e *mata-bicho*) constituem exemplos bem evidentes.

Como se pode perceber, com base no recurso a alguns mecanismos morfológicos prescritos na gramática do PE, no PM vitaliza-se a língua portuguesa criando-se novas categorias gramaticais que não procedem na norma europeia, mas que têm uma relevância fundamental no ordenamento das relações socioculturais em Moçambique e pode-se, em tese, especular que a realidade sociolinguística de Moçambique e de outros quadrantes também contribui para a entrada de novas unidades lexicais

¹¹ Cf. Firmino (2006, p. 149).

¹² Editado pela Porto Editora em 1982.

nos dicionários do PE.

Conclusão

A situação linguística actual em Moçambique vulgariza os fundamentos da política linguística do país tendo em conta que cresce, de modo vertiginoso, o número de falantes que não falam a norma europeia, colocando-se em causa a vitalidade de um princípio normativo menorizado pelo direito costumeiro, tendo em consideração que a legislação determina um modelo de falar e os usos da língua outro modelo, consagrando-se aqui um processo dicotómico entre o ideal perfeito assente na norma como referência inclusiva e não “exclusiva” e o real perfeito assente nas normas comuns do quotidiano.

Portanto, a língua portuguesa em Moçambique está a seguir um rumo próprio que se constancia numa língua híbrida, criando-se assim pressupostos axiológicos que nos permitem asseverar que a mudança linguística em relação à norma europeia é um processo irreversível e que deverá acarretar novos reajustes nas políticas linguísticas do país, pois falar a modelo do Português Europeu, que chancela o bem falar Português em Moçambique, não obstante os esforços da sua replicação pelo Estado continua, volvidos quase 40 anos após a independência nacional, um desiderato por atingir e que se diga em abono da verdade uma meta inatingível.

Referências bibliográficas:

- BACK, Eurico. *Fracasso do ensino de Português: proposta de solução*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.
- CÉSAR, América. L.; CAVALCANTI, Marilda do Couto. Do singular para o multifacetado: o conceito de língua como caleidoscópio. In: *Transculturalidade, linguagem e educação*. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 45-66.
- CHRISTIANS, Clifford G. A ética e a política na pesquisa qualitativa. In: DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 141-162.
- COUTO, Mia. *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções*. 2ª reimpr. São Paulo: Companhia das letras, 2011.
- CUNHA, Celso. *Uma política do idioma*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008.
- FIRMINO, Gregório. *A “Questão linguística” na África pós-colonial: o caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Texto Editores, 2006.
- _____. *Situação linguística de Moçambique*. Dados do II recenseamento geral da população e habitação de 1997. Maputo: INE, 2001.
- GUTHRIE, Malcom. *Comparative bantu: an introduction to the comparative linguistics and prehistory of the bantu languages*. Hants: Gregg international publishers, [1967] 1971.
- HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- _____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 2006.

_____. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

LOPES, Armando J. *A batalha das línguas: perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

MAZULA, Brazão. *Educação, cultura e ideologia em Moçambique*. Maputo: Edições Afrontamento e Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, 1995.

MARCUSCHI, Luiz A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. 5ª reimp. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. Lisboa: Ática, 1982.

PIRES-SANTOS, Maria Elena. *O cenário multilíngüe/multidialeto/multicultural de fronteira e o processo identitário “brasiguai” na escola e no entorno social*. Tese de doutoramento (inédita). Campinas: IEL, Unicamp, 2004.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. 4ª reimp. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de Identidade em linguística: é chegada a hora de uma consideração radical? In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicada*. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 21-45.

ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SARUP, Madan. *Identify. Culture and the postmoder world*. Endiburg: University Press, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferenças: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SITOE, Bento; NGUNGA, Armindo. *Relatório do IIº Seminário sobre a Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas*. Maputo: NELIMO, Universidade Eduardo Mondlane, 2000.

TRAVAGLIA, Luiz C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1997.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferenças: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

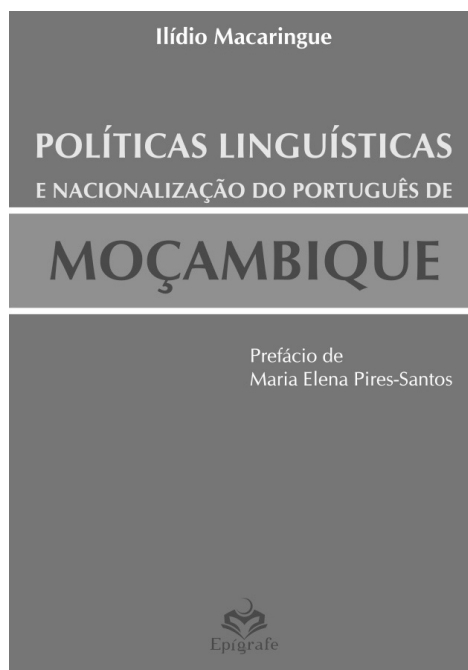


Foto: Capa do Livro do Prof. Ilídio resultado de sua dissertação de Mestrado na UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.



spirit of america /
Shutterstock.com